

Resenha do livro:

VARELA, Júlia e ALVAREZ-URIA, Fernando. *Arqueologia de la escuela*. Madrid. Espanha: Ediciones La Piqueta, 1993.

Resenha por Rejane Klein

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

A ARQUEOLOGIA DA ESCOLA PRIMÁRIA NA ESPANHA

Varela e Alvarez-Uria apresentam um estudo sócio-histórico sobre a implantação da escola primária na Espanha. Os autores são sociólogos e utilizam-se do referencial teórico foucaultiano para desenvolver suas análises. Os textos ali reunidos foram publicados sob a forma de artigos durante os anos oitenta em revistas e capítulos de outros livros.

Em, “*La maquinaria escolar*,” discorre sobre a emergência do conceito de infância. Segundo ela, este conceito remonta aos humanistas do século XVI. Foi adotado na Idade Moderna por políticos, pela Igreja e por intelectuais para justificar a criação de um espaço fechado no qual a criança fosse educada. A institucionalização da escola enquanto um espaço específico para educar funcionava como um dispositivo. A partir deste espaço houve a formação de um corpo de especialistas que ao lidarem com as crianças foram conhecendo-as cada vez melhor e descobrindo formas de melhor governá-las. O espaço escolar desenvolve formas próprias de socialização, destruindo as que já existiam.

Em figuras da infância, Varela aponta que o conceito infância foi herdado dos humanistas do século XVI, modelo a ser imitado. Para a autora não se pode falar em uma infância, mas em várias uma vez que, “...existieron entonces diferentes infancias cuyas formas de socialización variaron considerablemente...” (Varela e Alvarez-Uria, 1993, p. 59).

Assim, como o conceito não era um só, havia várias formas de educar a criança. Isto é demonstrado na forma como se organizavam os currículos e a educação de cada uma das classes sociais. Para os nobres elaborou-se uma formação que objetivava ensinar a arte de governar, a cultura geral e as normas de bons comportamentos. Para nobres não governantes ensinava-se ainda, a arte da guerra. Para os meninos burgueses cultura geral e para as crianças pobres, normas de higiene, trabalhos manuais, normas de comportamento e, principalmente a separação entre adultos e crianças, pois, segundo Varela as crianças pobres participavam ativamente da vida dos adultos, tanto nas atividades familiares, quanto nos momentos de lazer. Assim, um dos objetivos da educação para este grupo era promover novas formas de socialização que liberassem aquelas crianças da má influência dos adultos.

Em *cuadros de infancia* Varela analisa as representações da criança entre os séculos XVI ao XVIII. As pinturas mostram qual era a percepção que se tinha da infância, isto se expressava no modo de vestir, adornar e posicionar meninos e meninas nos quadros. Nos séculos XV e XVI, as crianças eram retratadas semelhantes aos anjos. No século XVII, eram representadas com vestimentas muito semelhantes as dos adultos, isto mostra que a infância ainda não possuía um estatuto próprio. No século XVIII ocorre uma modificação nesta forma de representar porque as crianças aparecem sozinhas, mas não há uma clara distinção entre os sexos, pois, meninos e meninas aparecem vestidos de forma semelhante.

É necessário compreender as transformações da concepção da infância dentro de um contexto mais amplo da Ilustração que inclui a ascensão da burguesia. É um contexto em que emerge a necessidade do controle de sentimentos e de ações, por isso, emerge um espaço privado restrito às famílias e um espaço público. É neste período que a obra “*Emílio*” de Rousseau se tornará importante referencial para a educação das futuras gerações. “*El Emilio se inscribe en esta perspectiva de disciplina interior, de interiorización de las normas, y su aparición de las normas...*” (Varela e Alvarez-Uria, 1993, p.76). Esta obra influenciou de maneira decisiva os tratados sobre educação, principalmente as pedagogias denominadas Novas.

A infância é uma categoria sociopolítica, pois é tecida por inúmeros fios que estão interligados entre si e tomam como base outra forma de se conceber a vida social, no período das Luzes.

No segundo capítulo Varela mostra como a Ilustração contribuiu para a construção de uma pedagogia social. Nele, aborda questões sobre a educação popular, discorrendo sobre como a pedagogia social e escolar constitui uma cultura que sujeita, corrige e disciplina os escolares. Indica também, como a imprensa, o púlpito e o teatro são instrumentos para a formação da população e da opinião pública a respeito da importância da escolarização, principalmente, das crianças pobres.

Na sequência deste capítulo a autora discute como a educação popular baseada nos princípios do Iluminismo construiu uma pedagogia que resultou na constituição de sujeitos dóceis e úteis para a nascente sociedade industrial. Aos olhos dos nobres e dos burgueses, as classes populares precisavam ser educadas de acordo com as necessidades que a sociedade da época colocava: formar o operário e o cidadão civilizado. Para isso, fazia-se necessário institucionalizar a escola.

Em meados do século XVIII, a criança das classes altas e das classes distintas já havia adquirido o estatuto de seres completamente diferentes do adulto e, por isso, exigia-se cuidados especiais. Com isso, governantes, higienistas e cientistas propõem que as crianças sejam separadas da companhia dos adultos. Assim, muitas atividades que antes crianças e adultos realizavam juntos tais como: alguns jogos de azar, as touradas, os teatros e as tabernas tornarão-se espaços reservados somente aos adultos. A infância tida agora, como frágil, débil e dependente exigia cuidados especiais e isso, propiciou uma série de conhecimentos, livros e atividades próprias para as crianças. Esta separação “*conducirá a uma intensa política familiarista que adoptará formas diferentes según os grupos sociales.*” (135).

A política familiarista aliada aos projetos educativos propostos pelos ilustrados objetivava a formação de uma nova identidade social para época.

Em, “*La escuela obligatoria, espacio de civilización del niño obrero*” Varela aponta os cimentos sócio-político que fundamentaram a institucionalização da escola primária obrigatória na Espanha. Para isso, analisa discursos confrontando legislações, discussões de Cortes, artigos de revistas, periódicos de diferentes grupos, escritos pedagógicos. A autora confronta estes documentos e, neles percebe divergências, antagonismos, mas também, pontos em comum. Além disso, aponta qual era a percepção de liberais, republicanos, representantes da Igreja e partidos de esquerda tinham das classes populares. Para alguns representantes da Igreja os pobres eram denominados como canalha assalariada, ou classes perigosas. Para o representante dos republicanos de hordas de Átila. Para os socialistas de selvagens. E para os anarquistas de animais domésticos. É esta forma de perceber as classes populares que irá justificar a educação dos filhos dos operários. Segundo as autoridades as classes populares necessitavam muito mais da escola, uma vez, que eram selvagens convivendo com selvagens.

Os representantes do positivismo e do darwinismo, também contribuíram para o debate, difundindo uma percepção sobre a criança oriunda das classes populares.

Havia algumas divergências entre os distintos grupos. Assim, houve uma grande batalha entre Igreja e Estado. Para liberais e republicanos o ensino deveria ser laico, enquanto que a Igreja defendia o ensino confessional. Este debate gerou inclusive a interferência do alto clero e por fim o Estado ofereceu a educação gratuita e a Igreja o ensino pago. Para os representantes da esquerda a educação, também, seria o meio que as massas dispunham para se emanciparem. Porém, no fundo o que havia era uma luta pela busca da hegemonia no campo social.

A autora aponta como o nascimento da escola obrigatória para as classes populares esteve interligado a legislação trabalhista, a lei que regulamentava o trabalho da mulher e o trabalho infantil e a lei que combatia a mendicância. Havia uma política social que visava o governo da vida das massas populares. Esta forma de governo passava pelo objetivo de civilizá-las.

A escola primária obrigatória, hoje vista como algo natural, foi paulatinamente construída pelos representantes do poder público, pela Igreja e pelas esquerdas. Institucionalizar a escola era ponto comum entre os diversos grupos.

A partir da escolarização das massas populares emerge um novo campo do saber que é a infância deficiente e delinqüente. O Estado através da escola irá encontrar formas de escolarizar estes grupos gerenciando-os. Por fim, Varela discute como a lógica empresarial entra no processo de escolarização. Em “*La escuela empresa: neotaylorismo y educación.*” A escola desenvolve formas de adaptação e seleção para preparar o futuro operário.

No último capítulo Varela retoma as reflexões desenvolvidas ao longo do texto e destaca alguns problemas que continuam sendo preocupação para os sociólogos da educação. Resume estas preocupações em quatro pontos centrais. Reenvidicar o papel da história da educação escolar, ou da arqueologia da escola para compreendê-la na situação atual. Mostrar o papel que desempenha a linguagem na educação escolar incluindo a análise do ensino da gramática e a inclusão das línguas clássicas no currículo formal; compreender como se opta por determinadas formas de organizar e transmitir os conhecimentos e as diferentes pedagogias entendidas aqui como técnicas diversas para estimular e desenvolver as aprendizagens escolares. O segundo objetivo visa apontar alternativas para as reformas educativas ocorridas na Espanha dos anos oitenta.

O livro de Varela e Uria apresenta uma importante reflexão sobre a gênese da escola primária apontando que esta foi uma construção social e que sua fundamentação se alicerçou no conceito de infância herdado do século XVI. Escola e infância são conceitos interligados.